



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 22

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13/11/2012
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereador:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 13/11/2012

ATA Nº 22

----- Aos treze dias do mês de novembro do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olimpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 30 de outubro de 2012 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, a inauguração do Villa Pampilhosa Hotel, no passado dia 9 de Novembro, correu muito bem e constituiu uma jornada com enorme significado para a Pampilhosa da Serra. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Que, à semelhança de anos anteriores e para a elaboração do Orçamento e Plano de Atividades para o próximo ano, reuniu com os Senhores Presidentes de Junta para em conjunto analisarem as propostas do que pretendem para as suas freguesias. Apesar de já não haver quadro comunitário e tendo em conta os constrangimentos existentes em termos financeiros, vamos manter em Plano alguns projetos. -----

----- Solicita aos Senhores Vereadores que apresentem propostas até à próxima segunda-feira, uma vez que o Orçamento e Grandes Opções do Plano será submetido à próxima reunião de Câmara. -----

----- Que, está em discussão a reorganização do mapa das Comunidades Intermunicipais. Há municípios da CIMPIN que por uma questão de estratégia e conjugação de interesses, tencionam agregar-se a outra CIM, assim como há municípios que pretendem integrar a nossa. -----

----- A CIMPIN vai reunir hoje, e nessa reunião estará presente o Sr. Presidente da CCDRC. No que ao município de Pampilhosa da Serra diz respeito, vai defender que a nossa CIM se mantenha com a atual nomenclatura, e que apoia a entrada de mais municípios. Considera que é uma questão importantíssima em termos de quadro comunitário e em termos de futuro para o nosso território. -----

----- Que, tivemos conhecimento que os CTT - Correios de Portugal, têm introduzido algumas alterações nos seus serviços, nomeadamente na distribuição de correio que agora é efetuada dia sim, dia não, considerando apenas como prioritário os registos e o correio azul, supostamente com o intuito de reduzir pessoal. -----

----- Também tivemos conhecimento que tem havido alterações ao que em tempos foi acordado entre os CTT e três Juntas de Freguesia do Concelho, nomeadamente, a Freguesia de Portela do Fojo, Pessegueiro e Cabril, em cujas instalações funcionam os serviços de correio. -----

----- Constata-se que ao longo do tempo, os CTT têm vindo a diminuir significativamente a qualidade dos seus serviços e atribuições, com evidente prejuízo para as populações do nosso concelho. -----

----- Pelo atrás exposto e tendo em conta que as situações mencionadas merecem o nosso repúdio, é sua intenção reunir com os responsáveis dos CTT da Pampilhosa da Serra, no sentido de apurar o ponto da situação e analisar possíveis soluções para que possamos usufruir de um serviço de correios com alguma qualidade. -----

----- Que, foi presente um Parecer, emitido pela UTRAT - Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, entidade criada para o avaliar as propostas



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

de Reorganização Administrativa do Território e que validou a proposta apresentada pelo Município de Pampilhosa da Serra, aprovada pela Assembleia Municipal de 26 de novembro de 2011, ao abrigo do disposto no artº 11º da Lei nº 22/2012. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1.1 - Pedido de autorização para realização do Rally Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma carta do Clube Automóvel do Centro, de Coimbra, a comunicar que pretende levar a efeito nos dias 24 e 25 de Novembro de 2012, o Rally Pampilhosa da Serra, a contar para o Campeonato de Regularidade Histórica superiormente autorizado pela Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, em conformidade com o regulamento da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting e demais legislação em vigor pelo que, solicita lhe seja concedida a necessária autorização e Alvará para a realização desta prova, que tem Início e Final previsto na Vila de Pampilhosa da Serra. ---

----- Em anexo remetem o Regulamento do referido Rali. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar e isentar do pagamento de taxas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.2.1 - Proposta do Sr. Presidente

----- Tendo em conta que em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 30/11/2010 foi aprovado um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra, a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere e Maria Luísa Sarafana Pinto Basto, com o objetivo de estabelecer medidas de cooperação e apoio à Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, tendo em vista a construção de um Lar de Idosos, na povoação de Carregal, da freguesia de Dornelas do Zêzere, deste concelho de Pampilhosa da Serra (conforme certidão da ata anexa); -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi o referido Protocolo objeto de alteração, atenta a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 09/08/2011 (conforme certidão da ata anexa); -----

----- Considerando que o Protocolo em questão não chegou a ser formalizado, não sendo previsível que o venha a ser, proponho: -----

----- - a revogação da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 30/11/2010, no que respeita à aprovação do Protocolo de Colaboração em questão, bem como a -----

----- - revogação da subsequente alteração ao mesmo, conforme deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 09/08/2011. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

2.2.2 - Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere

- Lar de Idosos do Carregal
- Transferência de verbas

----- Tendo como objetivo estabelecer medidas de cooperação e apoio à Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, com vista a melhoria das acessibilidades ao novo Lar de Idosos, na povoação de Carregal, da freguesia de Dornelas do Zêzere (nomeadamente o alargamento e melhoramento da plataforma da via pública e obras complementares que se revelem necessárias), a Câmara Municipal, sob proposta do Sr. Presidente, deliberou por unanimidade transferir para aquela Associação, a importância de 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros) mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

2.2.3 - Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro

- Protocolo de Colaboração



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um Protocolo, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, cujo objeto consiste na atribuição de apoio financeiro no valor de 3.062,00 € (três mil e sessenta e dois Euros), destinados a apoiar financeiramente a sua intervenção na implementação do programa de vigilância florestal, no ano de 2012, na freguesia de Pessegueiro, tendo em vista a execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

2.2.4 - Freguesia de Dornelas do Zêzere

- Protocolo de Colaboração

----- Foi presente um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Freguesia de Dornelas do Zêzere, cujo objeto consiste na concessão de apoio financeiro no valor de 3.264,43 € (três mil duzentos e sessenta e quatro Euros e quarenta e três centavos) à Freguesia de Dornelas do Zêzere, destinado a compartilhar as despesas realizadas com a manutenção/conservação da Praia Fluvial de Dornelas do Zêzere e zona envolvente, a cargo daquela Freguesia. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - OBRAS PÚBLICAS

3.1.1. - Retificação da Estrada Almas de Belide / Alto do Vidual

- Liberação de Caução



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----
----- “ Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada “Retificação da Estrada Almas de Belide/alto do Vidual”, a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em 11/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado no abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. ----
----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada apresentam anomalias e/ou defeitos, nomeadamente abatimentos em algumas PH's e escorregamento de talude aproximadamente ao km 1 + 100. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que as anomalias e/ou defeitos verificados não são significativos de modo a justificar a não libertação da caução, entendendo-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a libertação da garantia bancária nº 36230488090350, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A em 03/09/2007 no valor de 81.350,00€ e a redução do montante da garantia bancária nº 36230488094425, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A., em 24/04/2008 de 81.350,00 € para 40.675,00 €. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.2 – Reparação da Estrada Municipal entre Porto de Vacas e Esteiro

- Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre Porto de Vacas e Esteiro”, a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em 09/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado no abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada apresentam anomalias e/ou defeitos, nomeadamente descolagem e desagregação da camada betuminosa num local.-----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que as anomalias e/ou defeitos verificados não são significativos de modo a justificar a não libertação da caução, entendendo-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº 980154001527, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A., em 11/07/2008 de 42.939,00 € para 10.734,75 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.3 - Reparação da Estrada Municipal entre Covanca e Porto da Balsa

- Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada "Reparação da Estrada Municipal entre Covanca e Porto da Balsa", a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em 09/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado no abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no n.º 5 do artigo 3º do Decreto-lei n.º 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no n.º 2 e n.º 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária n.º 980154001428, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A., em 04/07/2008 de 7.798,25 € para 1.949,56 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.4 - Reparação da Estrada Municipal entre EN 112 / Sobral Magro / Lobatos / Lobatinhos _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada "Reparação da Estrada Municipal entre EN 112 / Sobral Magro / Lobatos / Lobatinhos", a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em 09/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei n.º 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 4º do Decreto-lei n.º 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no n.º 5 do artigo 3º do Decreto-lei n.º 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no n.º 2 e n.º 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária n.º 980154001410, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A., em 04/07/2008 de 9.218,35 € para 2.304,59 €. À consideração



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.5 - Reparação da Estrada Municipal entre Relvinha e Foz do Ribeiro

Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada "Reparação da Estrada Municipal entre Relvinha e Foz do Ribeiro", a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em 09/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº 980154001436, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A., em 04/07/2008 de 5.178,50€ para 1.294,63 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3.1.6 – Reparação da Estrada Municipal entre Boiças e o cruzamento com e estrada de Fajão _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre Boiças e o cruzamento com a estrada de Fajão”, a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em 09/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº 980154001469, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A., em 04/07/2008 de 4.176,50 € para 1.044,13 €. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.7 – Reparação da Estrada Municipal entre EN 112 e Ereira _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre EN 112 e Ereira”, a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em 09/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº 980154001493, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A., em 04/07/2008 de 1.930,25 € para 482,56 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.8 - Reparação da Estrada Municipal entre EN 112 / Sobral / Covões _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada "Reparação da Estrada Municipal entre EN 112 / Sobral / Covões", a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em 09/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal. ----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº 980154001444, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A., em 04/07/2008 de 4.752,25 € para 1.188,06 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.9 – Reparação da Estrada Municipal entre Pisão e Adurão _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre Pisão e Adurão”, a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em 09/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº 980154001477, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A., em 04/07/2008 de 3.232,20 € para 808,05 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.10 – Reparação da Estrada Municipal entre Portela de Unhais e Machialinho **_ Liberação de caução**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre Portela de Unhais e Machialinho”, a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em 09/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº 980154001451, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A., em 04/07/2008 de 4.475,75 € para 1.118,94 €. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.11 – Reparação da Estrada Municipal entre Brejo de Baixo e o cruzamento com a estrada que liga Esteiro a Janeiro de Baixo _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre Brejo de Baixo e o cruzamento com a estrada que liga Esteiro a Janeiro de Baixo”, a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

09/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº 980154001485, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A., em 04/07/2008 de 3.195,00 € para 798,75 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.12 - Reparação da Estrada Municipal entre EN 344 e Vale Pereiras **Liberação de caução**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada "Reparação da Estrada Municipal entre EN 344 e Vale Pereiras", a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em 09/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº 980154001402, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A., em 04/07/2008 de 5.457,75 € para 1.365,44 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.13 – Reparação da Estrada Municipal entre Cavaleiros de Baixo e o Campo de Futebol de Fajão _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Reparação da Estrada Municipal entre Cavaleiros de Baixo e o Campo de Futebol de Fajão", a firma Construções J.J.R & Filhos, S.A, apresentou em 09/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 06 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº André Jorge das Neves Quevedo Lourenço. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº 980154001519, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S.A., em 11/07/2008 de 15.190,00 € para 3.797,50 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.14 – Revestimento de Valetas na E.M. entre Pescansecos e o cruzamento da Pampilhosa da Serra _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração o concurso público limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada “Revestimento de Valetas na E.M. entre Pescansecos e o cruzamento da Pampilhosa da Serra”, a firma Diamantino Jorge & Filho, Lda., apresentou em 10/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 07 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Luís Paulo Balau Lopes Mendes. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada apresentam anomalias e/ou defeitos, nomeadamente alguns locais com betão da valeta danificado. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que as anomalias e/ou defeitos verificados não são significativos de modo a justificar a não libertação da caução, entendendo-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº 36230488094598, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A. em 06/05/2008 de 7.855,50 € para 1.963,88 €. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3.1.15 – Reparação da Estrada Municipal entre Covanca e o cruzamento que liga Malhada do Rei à Portela de Unhais _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada “Reparação da Estrada Municipal entre Covanca e o cruzamento que liga Malhada do Rei à Portela de Unhais”, a firma Diamantino Jorge & Filho, Lda., apresentou em 10/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 07 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Luís Paulo Balau Lopes Mendes. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada.--

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº GAR/08304705, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 19/06/2008 de 2.962,00 € para 740,50 €. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.16 – Revestimento de Valetas na E.M. entre Unhais-o-Velho e Portela de Unhais _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada “Revestimento de Valetas na E.M. entre Unhais-o-Velho e Portela de Unhais”, a firma Diamantino Jorge & Filho, Lda., apresentou em 10/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 07 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Luís Paulo Balau Lopes Mendes. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 90% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº36230488094600, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A. em 06/05/2008 de 1.643,62 € para 164,36 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.17 – Reabilitação de Caminho Florestal em Pescansecos _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada “Reabilitação de Caminho Florestal em Pescansecos”, a firma Diamantino Jorge & Filho, Lda., apresentou em 10/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 07 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Luís Paulo Balau Lopes Mendes. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 90% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

redução do montante da garantia bancária nº GAR/08305905, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 28/07/2008 de 5.886,87 € para 588,69 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.18 - Retificação da Estrada Municipal entre Pampilhosa da Serra e Sobral Valado _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada "Retificação da Estrada Municipal entre Pampilhosa da Serra e Sobral Valado", a firma Diamantino Jorge & Filho, Lda., apresentou em 10/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 07 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Luís Paulo Balau Lopes Mendes. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 90% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº GAR/07305216, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 04/10/2007 de 11.814,93€ para 1.181,49 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3.1.19 - Reparação da Estrada Municipal entre Pampilhosa da Serra e Cabril _ Liberação de caução

- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
- *"Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Reparação da Estrada Municipal entre Pampilhosa da Serra e Cabril", a firma Diamantino Jorge & Filho, Lda., apresentou em 10/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----*
- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --
- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 07 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Luís Paulo Balau Lopes Mendes. -----
- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -
- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 90% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.
- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº GAR/07301372, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 29/05/2007 de 25.290,00 € para 2.529,00 €. À consideração superior." -----
- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.20 - Pavimentação de Caminhos Diversos _ Liberação de caução

- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
- *"Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada "Pavimentação de Caminhos Diversos", a firma Diamantino Jorge & Filho, Lda., apresentou em 10/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----*
- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --
- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

foi efetuada vistoria no dia 07 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Luís Paulo Balau Lopes Mendes. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 90% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal.

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº GAR/07305221, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 04/10/2007 de 4.945,00 € para 494,50 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.21 - Revestimento de Valetas na E.M. entre Dornelas do Zêzere e Machialinho _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração o concurso limitado sem publicação de anúncio para execução da empreitada "Revestimento de Valetas na E.M. entre Dornelas do Zêzere e Machialinho", a firma Diamantino Jorge & Filho, Lda., apresentou em 10/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado no abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 07 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Luís Paulo Balau Lopes Mendes. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada apresentam anomalias e/ou defeitos, nomeadamente alguns locais com o betão da valeta danificado. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que as anomalias e/ou defeitos verificados não são significativos de modo a justificar a não libertação da caução, entendendo-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 90% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº36230488094599, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A. em 06/05/2008 de 4.597,50 € para 459,75 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.22 - Pavimentação da E.M. Portela do Fojo / Padrões _ Liberação de caução

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Pavimentação da E.M. Portela do Fojo / Padrões", a firma Diamantino Jorge & Filho, Lda., apresentou em 10/10/2012 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 07 de novembro de 2012 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Luís Paulo Balau Lopes Mendes. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada apresentam anomalias e/ou defeitos, nomeadamente um empolamento de uma pequena área de betuminoso. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que as anomalias e/ou defeitos verificados não são significativos de modo a justificar a não libertação da caução, entendendo-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de Agosto, para serem libertados 30% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a redução do montante da garantia bancária nº GAR/10302608, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 17/05/2010 de 35.236,30 € para 24.665,41 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.2 - ÁGUAS E SANEAMENTO

3.2.1 - Villa Pampilhosa Hotel, Ld^a **- Consumo de água**

----- Pelo Sr. Presidente foi dito o seguinte: -----

----- O Villa Pampilhosa Hotel encontra-se aberto ao público desde Julho de 2012; -----

----- A fatura de consumo de água apresentada por esta autarquia ao titular do contrato acima referido, apresenta valores elevados que em nada se devem ao consumo efetivo por parte da unidade hoteleira. Contribuiu para este facto a necessidade de se proceder a ensaios de água que tiveram a sua finalização durante os meses de setembro e outubro e o facto do caudal de água ser insuficiente devido à fraca pressão, dado que ainda estão a decorrer ensaios com vista a suprir tais dificuldades. -----

----- Nestes termos, estão os Serviços Técnicos de Obras a proceder a medições diárias para que seja apurado o consumo real deste empreendimento. O consumo médio situa-se nos 300 m³ de água mensal até se proceder ao apuramento e às condições eficazes do fornecimento de água.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder à anulação da fatura correspondente ao mês de setembro e proceder à elaboração de uma outra do valor do consumo acima referido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

4.1- ACÇÃO SOCIAL

4.1.1 - Pedido de Reavaliação/Ação Social Escolar



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento de novo pedido de apoio na Ação Social Escolar (Processo nº 70), venho por este meio apresentar o referido, com a seguinte proposta: -----

Encarregado de Educação	Aluno	Ano	Pedido de apoio	Proposta de apoio
Alice Dias Fernandes de Jesus	João Carlos de Jesus Fernandes	11º	Transporte	Isenção

----- À consideração superior. “ -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

4.1.2 - Proposta de elementos para comissão de análise das candidaturas à Bolsa de Estudo 2012/2013

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento da apresentação das candidaturas à bolsa de estudo e tendo em conta o ponto 1 do artigo 8º do Regulamento das Bolsas de Estudo publicado em Diário da República a 10 de Dezembro de 2008, venho por este meio propor que a Comissão de análise seja constituída pelos seguintes elementos: -----

----- - Drª Cristina Ventura; Drª Cláudia Almeida; Drª Raquel Pereira; Drª Célia Nunes (suplente). À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, [assinatura], que a subscrevi. -----

[assinatura]
[assinatura]